

ANGOLA

IMPERIALISMO

MOBUTU

FNLA

NEOCOLONIALISMO

ANGOLA



NEOCOLONIALISMO



COLECÇÃO DOCUMENTOS:

- 1 — CLASSES E LUTA DE CLASSES EM ÁFRICA
- 2 — ALGUNS ASPECTOS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL — Agostinho Neto
- 3 — AUTOCRÍTICA — Fidel Castro

FICHA: REPRODUÇÃO DE UMA EDIÇÃO ELABORADA PELA
CASA DE ANGOLA — LISBOA.

Edição: H. DUARTE
J. CARLOS

Distribuição: LIVRARIA UNIVERSAL
Av. Manuel de Arriaga, 1872 - 1878 — Lço. Marques

INTRODUÇÃO

Angola, situada na África Austral e possuidora de imensos recursos naturais essenciais às potências capitalistas, é alvo das cobiças do capital imperialista, em busca das matérias-primas essenciais à sua máquina industrial.

Vejamos como se processou a estratégia imperialista em Angola:

O fim da 2.^a Guerra Mundial provocou uma modificação substancial no Continente Africano dominado pelas potências coloniais europeias. Muitos países africanos alcançaram então a «independência», embora em moldes neo-coloniais. Assistia-se nesta época, a todo um processo de consciencialização nacional com vista à emancipação da tutela colonial. Também Angola não esteve estranha a este processo, e tanto assim é que, as diversas associações culturais formadas já na década de 20, alcançam neste período um cunho marcadamente político que culminou na fundação do M. P. L. A. (Dezembro de 1956), cujo 1.^o manifesto lançava a palavra de ordem: **«Unamo-nos em torno de um amplo Movimento Popular de Libertação de Angola».**

Os objectivos do M. P. L. A. eram claros, pois pretendiam pôr fim a toda a espécie de dominação e exploração das riquezas de Angola e conseqüentemente do Povo Angolano. O Imperialismo, consciente da ameaça directa que o M. P. L. A. representava para a prossecução da sua pilhagem em Angola, aproveitando a existência de pequenos grupos tribais como por exemplo o ALLIAZO (Aliança dos Originários do Zombo — Norte de Angola), o P. D. A. (Partido Democrático de Angola) e a U. P. N. A. (União dos Povos do Norte de Angola, fundada em 1954), fomentou a união de todos estes grupos num outro grupelho, a

U.P.A. (União dos Povos de Angola, novo nome da U.P.N.A., em 1958), do que resultou a F.N.L.A. em 1962. Com esta pretensa união, o Imperialismo apenas visava criar obstáculos ao fortalecimento do M.P.L.A. e impedir a todo o custo a implantação do nosso Movimento no seio das massas populares.

No decorrer deste trabalho, será focada a origem da F.N.L.A., os seus objectivos, a sua atitude divisionista e sabotadora da Unidade do Nacionalismo Angolano, bem como o seu compromisso com as forças imperialistas internacionais, através das suas estreitas ligações com Mobutu, um dos mais fiéis defensores do Imperialismo Americano em África, e ponta de lança para a instauração de um regime neo-colonial em Angola.

A ORIGEM DO F. N. L. A. E SEUS OBJECTIVOS

Para compreendermos a origem da F. N. L. A., teremos que recuar até 1954, data em que foi fundada no Congo - Léopoldville (Kinshasa) por emigrados angolanos, a U.P.N.A. (União dos Povos do Norte de Angola), agrupamento tribal que pretendia fazer reviver a ideia da reconstituição do antigo Reino do Congo, que compreendia particularmente os actuais distritos do Zaire e Uíge, tendo como base de actuação, o grupo etno-linguístico Kikongo. Para mascarar o seu carácter tribalista, como aliás se nota pelo seu próprio nome, a U.P.N.A. transformou-se (por conveniência) na famigerada U.P.A. (União dos Povos de Angola), sob a presidência de JOHN GILMORE, aliás, HOLDEN ROBERTO, ex-militar do exército belga no Congo e cunhado de MOBUTU, um ex-sargento do exército belga que é o detentor de uma das maiores fortunas do Mundo.

Contudo, a U.P.A. não teve uma modificação fundamental a nível da sua actuação política e a prova disso está nas chacinas praticadas sobre milhares de pessoas no trimestre «célebre» 15 de Março de 1961. Entretanto, os conselheiros americanos de HOLDEN ROBERTO, levaram este a proceder a uma operação política, em duas etapas:

- 1) Fundir a sua Organização — a U. P. A. — com um outro grupelho, a ALLIAZO (Aliança dos Originários do Zombo), a qual se passou a chamar posteriormente P. D. A. (Partido Democrático de Angola), criando assim a F. N. L. A. (Frente Nacional de Libertação de Angola) em 1962.
- 2) Proclamar em seguida um governo «revolucionário» no exílio (G. R. A. E.).

A ALLIAZO, organização fundada no Congo por emigrados angolanos, propunha-se no seu programa o seguinte: «Para lá das considerações do território, a ALLIAZO propõe-se fazer compreender que de Mbata ao Uíge, há só um povo: o povo Muzombo. Com efeito, na história do antigo reino do Congo, do qual nós descendemos todos, não se fala dos naturais de Maquela, de Kibo-Kolo, de Bamba, de Sanza Pombo, etc. Fala-se apenas de Bazombos, no que nos diz respeito. Abaixo pois o regionalismo! Abaixo as rivalidades e as querelas estéreis! Abaixo as divisões dos colonialistas portugueses que nos dividem para melhor nos dominar! Unamo-nos pois, compatriotas Bazombos!». Muito depois da ALLIAZO se tornar P. D. A., o vice-presidente geral desta organização afirmava ao jornal «Courrier d'Afrique»: «Como se sabe, a ALLIAZO, como acontece com outras organizações políticas angolanas, nominalmente nacionalistas, é um partido «localizado», ou tribal, como queiram».

Quanto ao auto-proclamado G. «R.» A. E., dele faziam parte algumas estranhas personalidades, bastante em foco no momento actual, a saber:

JONAS MALHEIRO SAVÍMBI, actual presidente da U. N. I. T. A. e então ministro dos Negócios Estrangeiros da G. «R.» A. E. tendo saído deste governo em 1965.

ALEXANDRE TATY, expulso da F. N. L. A. em 1965, por ser um agente-espião dos colonialistas portugueses. Actualmente é chefe dos T. E. s («Tropas Especiais» — corpo militar criado pela

PIDE e composto por ex-guerrilheiros) e que constituem o contingente armado do grupelho fantoche denominado F. L. E. C. (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda).

ELIAS STEVENSON BARBER, confessado agente da C. I. A., encarregado de «canalizar» os dólares para a organização (Recorde-se entrevista concedida ao vespertino lisboeta «A Capital», por este mesmo indivíduo).

O Imperialismo encarregou-se de insuflar oxigénio a este fenómeno aberrante do nacionalismo angolano. Daí que, sob pressão, a O. U. A. tenha recomendado a todos os estados membros que reconhecessem «de jure» o G. «R.» A. E. como único representante do Povo Angolano. Não é de estranhar pois que o governo congolês, reconhecendo esta associação de fantoches, viria a expulsar os militantes do M. P. L. A. do Congo-Kinshasa, em 1962. Deu-se então início ao «complot» imperialista visando a destruição do M. P. L. A., única organização verdadeiramente nacionalista.

Contudo, o desenvolvimento da luta armada veio a demonstrar inequivocamente que o M. P. L. A. era e é a vanguarda revolucionária do Povo Angolano, o que fez com que a O. U. A., que havia reconhecido o G. «R.» A. E. em 1963, lhe viesse a retirar o apoio mais tarde.

Entretanto a F. N. L. A. (U. P. A. em novas roupagens), apresenta-se ao Povo Angolano com um audacioso programa de acção do qual respigamos o seguinte referente à Educação: **«Escola Primária — 2 anos; Ensino Secundário — 2 anos; Universidade — 2 anos»**; Isto é, um curso superior ao fim de 6 anos! Segundo a F. N. L. A., trata-se de uma reforma revolucionária do campo do ensino.

Contudo, e no campo da acção prática, a actuação da F. N. L. A. tem assumido aspectos curiosos. A este propósito, ouçamos um depoimento de BASIL DAVIDSON: **«A F. N. L. A., fundada em 1962, tinha a sua base a sul do Bembe, numa região deserta, de-**

vido à retirada da população para o Zaire. Esta organização esteve completamente inactiva até Abril de 1972, altura em que os guerrilheiros que dela faziam parte se revoltaram contra HOLDEN ROBERTO, pedindo armas para combater o colonialismo português. HOLDEN ROBERTO, casado com a irmã de MOBUTU, e sobretudo homem de negócios, viu-se em maus lençóis, sendo mesmo o exército do seu cunhado que, vindo em seu auxílio, abafou a revolta dos guerrilheiros. Os chefes da revolta desapareceram. Esta rebelião não conduziu a nada mais senão à continuação da manutenção da base ao Sul do Bembe e a tornar-se a entrada e saída de Angola para o Zaire. Nos fins de 1973, princípios de 1974, MOBUTU e H. ROBERTO constataram que sem exército não podem entrar em negociações com a ex-ditadura. MOBUTU, instrumento de defesa dos interesses dos E. U. A., joga o mesmo jogo em relação à África que a ditadura brasileira joga em relação à América Latina. MOBUTU está no poder para guardar as riquezas para o capitalismo internacional e defender os interesses deste para além das suas fronteiras. HOLDEN ROBERTO começa, então, a formar o seu exército subsidiado por MOBUTU e por impostos pagos à força pelos 400 mil refugiados do povo BAKONGO no Zaire. Após o 25 de Abril, entrou em Angola um grupo que atacou o exército português com o fim de demonstrar a existência de H. ROBERTO. Tem neste momento um exército de cerca de 5 mil homens metidos num campo militar com armamento e instrução muito primitivos. A mobilização do exército de H. ROBERTO é feita entre a parte do povo BAKONGO que é protestante e se separou dos seus irmão católicos que combate até. Mobilizados mas não politizados, entregam-se às forças armadas portuguesas, dizendo muitas vezes que são militantes do M. P. L. A.».

Assim se compreende que em Setembro deste ano, o General MOBUTU tenha encetado negociações na Ilha do Sal sobre o futuro de Angola, como se o Povo Angolano lhe tivesse passado alguma procuração para as fazer em seu nome...

Perante os avanços cada vez maiores do M.P.L.A., e perante o apoio crescente do Povo Angolano à sua vanguarda revolucionária — o M.P.L.A., o Imperialismo entra em pânico e agarra-se às suas únicas tábuas de salvação: F.N.L.A., U.N.I.T.A., F.U.A., etc. A confirmá-lo, aí estão os últimos acontecimentos: Tentativa de golpe em Angola através da sabotagem económica, na qual estavam comprometidos elementos ligados à U.N.I.T.A. e à F.U.A. (Fernandes Vieira, Corte Real e Renato Cardoso), apoiados pela F.N.L.A., que por essa altura difundiu um comunicado alarmista e redigido em termos insultuosos para a Junta Governativa de Angola e para as forças progressistas angolanas.

Mais recentemente, e atirando para trás com as velhas querelas, 2 velhas comadres resolvem assinar um pacto militar: H. ROBERTO e J. SAVIMBI acabam de selar a unidade FNLA/UNITA, «contra qualquer tentativa extremista», o que logo faz recordar uma tenebrosa «maioria silenciosa» que em Portugal pretendia fazer ressurgir o fascismo, a pretexto de lutar contra os extremistas...

Paralelamente, CHIPENDA (expulso do M.P.L.A. por alta traição) oferece os seus serviços a estes dois agrupamentos, o que lança alguma luz acerca das súbitas preocupações de HOLDEN e de MOBUTU sobre o M.P.L.A., por alturas do Congresso de Lusaka... Entretanto, o traidor JEAN PIERRE BALA (Ex: FNLA), líder do agrupamento fantoche A.P.A., um dos que se deslocou a Lisboa incluído na delegação das chamadas «forças vivas», a convite de SPÍNOLA, acaba de integrar a sua organização na FNLA. (Os filhos pródigos à casa tornam...).

É pois cada vez mais claro, e aos olhos do Povo Angolano, tal facto é manifesto, que o «ideário» da FNLA serve abertamente os interesses imperialistas na nossa Pátria, que pretendem continuar a exploração e a pilhagem das suas riquezas. Por isso, tal agrupamento beneficia do seu apoio directo em armamento, única via que lhe permite aparecer à mesa das negociações como interlocutor do Governo Português.

OS CRIMES DA U. P. A.

Enquanto as massas angolanas, galvanizadas pelo exemplo de 4 de Fevereiro e sob a direcção do M. P. L. A. marchavam para a libertação nacional, a UPA (União das Populações de Angola) dirigida por HOLDEN ROBERTO, tinha decidido desviar a luta popular do seu verdadeiro objectivo de libertação nacional. A UPA empreendeu pois a difusão de palavras de ordem tribalistas e todo o seu trabalho não assentava em nenhuma doutrina política e portanto sem uma clarificação de contra quem se dirigia a luta de libertação nacional, pois, para os pupilos de HOLDEN ROBERTO o inimigo do Povo Angolano «era» o branco e não todo um sistema de exploração colonial imperialista. Esta organização sempre serviu os interesses do imperialismo particularmente dos americanos, tendo como missão barrar o caminho ao M. P. L. A. que tinha fixado como objectivo a independência total de Angola. A UPA, pelo contrário, propunha-se instaurar um regime neocolonial, ou seja, lançar as bases que permitissem a continuação da exploração do Povo Angolano.

Contudo, a teimosia do fascismo português a toda a modalidade de independência para as suas colónias não permitiu a HOLDEN ROBERTO seguir a via normal para o neocolonialismo. Era pois, necessário, pegar em armas mas não fazer a revolução: era preciso reduzir a luta do Povo Angolano, plena de sacrifício e de abnegação, a uma insurreição desorganizada. Nesta óptica, a UPA fez apelo aos sentimentos mais negativos do povo, como o tribalismo, o racismo, a intolerância religiosa, o ódio contra todos os alfabetizados.

Era aliás inconcebível que uma organização dominada pelo imperialismo se pudesse engajar numa via revolucionária.

Muito depois da ALLIAZO se tornar PDA (o partido que se associou mais tarde à UPA no FNLA), o seu vice-presidente geral MANUTOMA afirmava no «Courrier d'Afrique» de 5 de Fevereiro de 1962: «As pressões americanas exercem-se na UPA, partido de HOLDEN ROBERTO. Com efeito, não escapa aos obser-

vadores que o apoio moral e financeiro de que goza a UPA, vem na sua quase totalidade dos EUA, mais precisamente do Comité Americano para África. Esta ajuda financeira (...) seria condicionada ao não-alinhamento da UPA com o M. P. L. A., ou qualquer outra Frente na qual figurasse o M. P. L. A.».

Tendo colocado o combate no plano da liquidação física dos brancos, os chefes da UPA lançavam palavras de ordem no género: «Matem todos os brancos, todos os mestiços, todos os alfabetizados, todas as pessoas do M. P. L. A.», «Destruam todos os que têm cor branca», «Fumem haxixe, para serem mais fortes para a guerra» (os Bakongo são superiores a todas as outras tribos, diziam eles), «Fabriquem feitiços para serem invulneráveis às balas», «ataquem sempre em massa os soldados portugueses», «esperem que o grande chefe HOLDEN chegue num belo dia num avião quadrado».

Era nestes «slogans» que se resumia toda a doutrina política da UPA.

Os resultados foram nitidamente catastróficos. Pessoas fanatizadas mataram milhares de angolanos pela simples razão de não pertencerem à sua tribo, serem mestiços ou alfabetizados.

MARCOS KASSANGA, antifo chefe do estado maior da UPA, numa Conferência de Imprensa realizada em Leopoldville (Kinshasa), a 3 de Março de 1962, declarava entre outras coisas: «A luta desencadeada no Norte de Angola é uma verdadeira luta fratricida sob todos os aspectos. Cerca de 8 mil angolanos foram selvaticamente massacrados por elementos tribalistas da UPA, estupidamente armados e indisciplinados ao extremo. Este massacre desumano, cometido por angolanos contra angolanos, tem a sua origem num tribalismo cego que se apresenta sob quatro aspectos: religioso, linguístico, étnico e ideológico. Tribalismo religioso porque todos devem ser protestantes; tribalismo étnico porque todos devem ser originários de São Salvador; tribalismo ideológico porque todos devem defender os interesses do HOLDEN».

A direcção do M. P. L. A. — que entretanto prosseguia a formação política e militar dos militantes — fez penetrar no interior de Angola esquadrões de



guerrilheiros, tendo por missão enquadrar a luta do povo. Vários foram cobardemente massacrados durante o percurso do extremo-norte angolano pelas tropas de HOLDEN. Assim, em 1961, um grupo comandado por TOMÁS FERREIRA, e no qual participava aquele que veio a ser mais tarde o grande comandante HOJIA HENDA, foi massacrado na região de FUESSE; em 1962, um outro grupo foi interceptado pelas autoridades congolosas, perto da fronteira; em 1963, um outro esquadrão foi massacrado perto do rio LOGE.

Foi por esta altura que os contra-revolucionários da FNLA, assassinaram cinco militantes da O.M.A.: TERESA AFONSO, IRENE COHEN, DEOLINDA RODRIGUES, ENGRÁCIA e LUCRÉCIA PAIM.

Assim a UPA conseguiu infligir golpes terríveis à luta heróica do Povo Angolano, impedindo, durante três anos que os militantes do M.P.L.A. que estavam no «maquis» se manifestassem como tal, e afastando do teatro da guerra os guerrilheiros do M.F.L.A. formados no exterior. Deram-se golpes terríveis à luta do povo angolano, porque o M.P.L.A. era o único partido capaz de conduzir eficazmente a guerra.

Estes dissabores do M.P.L.A. que tiveram por base uma maquinação do imperialismo americano e por agente HOLDEN, apoiado pelo governo congolês, presidido então por M. CYRILLE ADOULA.

O DUPLO JOGO DE MOBUTU

MOBUTO, campeão da «autenticidade» e testa de ferro da luta anti-colonial. A imagem que se esforça por passar além de Kinshasa, repetida por numerosos órgãos da imprensa ocidental, está no entanto sujeita a caução. Prova-o o documento cujos extractos reproduzimos em baixo. Trata-se do processo verbal de uma reunião que se realizou de 7 a 11 de Julho de 1972 em KINSHASA, entre representantes das autoridades de Angola e do Zaire (veja-se mais adiante a reprodução de extractos).

Julho de 1972: nesta data em Portugal, é claro que ainda não se põe a questão da «revolução do 25 de Abril», e o regime instaurado por Salazar con-

tinua de pé, tanto na metrópole como nas colónias. Este regime foi várias vezes denunciado em KINSHASA e nas outras capitais africanas.

Então o que nos revela este documento? Que se efectuou uma reunião na capital zaireense em Julho de 1972, a fim de promover o tráfego aéreo entre Angola e o Zaire. Iniciativa necessária, sublinha sem ambiguidade o processo-verbal. Ele invoca (ponto 4) «o interesse crescente que se constata dos dois lados, no desenvolvimento das relações comerciais entre Angola e o Zaire». Além disso o tráfego aéreo entre os dois países atingiu em 1966 (ponto 4, de novo), o ritmo de 20 a 30 passageiros por semana, tanto num sentido como noutro.

Pelo visto, o intercâmbio entre os colonialistas portugueses e os campeões da autenticidade africana, não pareciam muito afectados pelos ardores oratórios do «libertador da África» (como gosta de lhe chamar um dos nossos colegas), detentor do poder em Kinshasa.

Na sequência destas relações idílicas, as duas delegações reunidas em Kinshasa acordaram nas seguintes disposições (ponto 5): serão criadas duas empresas, uma no Zaire, a outra em Angola, destinadas ao transporte aéreo entre os dois países. Inicialmente, cada uma delas assegurará, por meio de DC 3 (DAKOTA), um voo semanal de ida e volta entre as duas capitais. Mas devem também acordar em todas as formas de colaboração e de coordenação que possam contribuir para a rentabilidade da linha.

Não é tudo. Trata-se também, para os dois países (ponto 6), de «adoptar um processo tão simples quanto possível, para a autorização dos voos não regulares, que as empresas designadas desejem efectuar».

Resultado: bastará uma autorização prévia de um país, para que a empresa do outro Estado seja autorizada a embarcar ou desembarcar no primeiro «passageiros, correio ou mercadorias». Processo maleável que deixa prever uma necessidade imperiosa! Tanto mais que esta autorização pode abranger «séries de voos».

SUGESTÃO ZAIRENSE

Enfim, o processo verbal termina por um desejo inequívoco (anexo A, 2.º): «As duas delegações concordaram também, na sequência da sugestão da delegação do Zaire, que seria desejável que uma delegação comercial zairense visitasse Angola, o mais breve possível a fim de fazer a prospecção do mercado angolano. Esta visita não só iria ao encontro dos desejos deste sector, muito importante da economia zairense; ela contribuiria para o desenvolvimento das ligações aéreas entre Angola e a República do Zaire. «Note-se que a sugestão emana de Kinshasa, sem dúvida do «muito importante sector da economia zairense» que constitui o motor da aproximação com o Portugal salazarista.

As assinaturas têm também o seu interesse. Aí se encontram nomeadamente a de Luiz Gonzaga-Ferreira, «encarregado de negócios». Se se tratasse do encarregado de negócios numa outra cidade, supomos que esta seria mencionada. Mas se se trata do encarregado de negócios em Kinshasa, que é feito do corte de relações diplomáticas entre o Zaire e Portugal, decidido oficialmente pelo presidente MOBUTU em 1967 ?

Tudo isto esclarece de um modo particular, a atitude tomada por MOBUTU SESE SEKO, em relação a Lisboa, antes do golpe de Estado de 25 de Abril. Para além das declarações estrondosas, há a realidade das relações comerciais florescentes e o interesse manifestado pelo mercado angolano, por estes sectores industriais zairenses, aos quais o presidente MOBUTU parece não ter nada a recusar. Colonialismo ou não colonialismo.

Depois, claro, houve a «revolução de 25 de Abril» e o início do processo de descolonização. Mas, para o Zaire, o interesse demonstrado por Angola e pelo enclave de Cabinda (este reservatório de petróleo), continua a ser grande. E nas «grandes manobras» empreendidas pelo presidente MOBUTU, o domínio dos ares, também parece muito importante. Alguns factos recentes vêm recordá-lo, confirmando a estratégia de Kinshasa.

O APOIO À UNITA

Sabe-se que há em Angola três movimentos de libertação: o M. P. L. A. de AGOSTINHO NETO, apoiado pelos países do leste e pelo Congo-Brazzaville, o interlocutor que os oficiais progressistas de Lisboa parecem preferir, mas que está enfraquecido por divisões internas; a F. N. L. A. de HOLDEN ROBERTO apoiada pelo Zaire e pelos Estados Unidos, e a U. N. I. T. A. de JONAS SABIMBI. Este último movimento, que seria apoiado pelos brancos residentes em Angola, colaborou com o regime português de antes de 25 de Abril. O apoio do presidente MOBUTU à FNLA não é segredo para ninguém. O que é novidade é que Kinshasa dê também o seu apoio à UNITA que surge cada vez mais como uma tábua de salvação para os colonos brancos, inquietos perante a descolonização.

A prova? Depois de 10 de Novembro último, a capital de Angola têm sido vítima de violências que, em 3 dias, fizeram uma centena de mortes. O motivo destes tumultos? A chegada a Luanda de uma delegação da UNITA, que abriu uma delegação oficial do movimento. Entre as 20 000 pessoas que estavam no aeroporto à sua chegada, metade eram brancos, como assinala o jornal português «Diário de Notícias».

A delegação da UNITA chegou do Luso, uma cidade do Leste de Angola. De onde vêm os membros da UNITA que se encontram no Luso? Para alguns deles a resposta vem no segundo documento que reproduzimos no anexo II.

No dia 1 de Novembro, o Zaire pede ao aeroporto de Luanda, autorização para a aterragem de um avião no Luso: primeiro depara com uma recusa (Portugal depois de 25 de Abril, pelo menos após a demissão do general Spínola, parece muito menos sensível às aproximações de Kinhasa do que no tempo de Salazar e Caetano). Faz-se uma nova petição mais insistente em «nome do presidente do Zaire». Desta vez, os Portugueses consentem. No avião vêm vários membros da delegação da UNITA.

Se os dirigentes da UNITA desembarcam em Angola vindos do Zaire, na sequência de uma inter-

venção pessoal do presidente MOBUTU, é porque este está decidido a aliar-se com as forças altamente suspeitas de conluio com os meios «nostálgicos» de Luanda, a fim de contrariar as tendências progressistas no seio dos movimentos de libertação. E isto será por acaso? Dois dias depois deste voo, a FNLA e a UNITA falavam de «frente nacional».

POR DETRÁS DE MOBUTU

Por detrás de Kinshasa, pode supor-se que outros países estão inquietos com as perturbações que a descolonização portuguesa provoca em África. Além disso, fala-se muito do papel que o americano DANIEL MOORE parece desempenhar na capital zairense. Antigo piloto da força aérea dos Estados Unidos, actualmente está ao serviço da Aviação Civil do Zaire onde se ocupa das «comunicações» (tanto civis como militares).

Será que para alguns, o fim do colonialismo seria apenas uma oportunidade para a passagem a um neo-colonialismo mais «apresentável» para a época em que vivemos?

ANEXO I

(1.ª e última página do projecto de acordo aéreo entre o Zaire e Angola, sob dominação portuguesa em 1972).

Processo verbal da consulta entre as autoridades de Angola e os representantes do Zaire com vista ao estabelecimento de serviços aéreos entre Angola e a República do Zaire.

Introdução:

1. A fim de tomar medidas práticas para responder o mais breve possível às necessidades do público em matéria de transportes aéreas entre Angola e

a República do Zaire, representantes das autoridades angolanas e zaienses reuniram-se em Kinshasa de 7 a 11 de Julho de 1972. Representantes de companhias aéreas directamente interessadas também participaram nesta reunião.

2. A delegação angolana era constituída por:
 - Luiz Gonzaga-Ferreira (Encarregado de negócios)
 - A. Carlôto de Castro (Secretário Provincial das comunicações)
 - F. Goulart Madruga (Chefe do Serviço de Relações Internacionais, Director Geral da Aviação Civil)
 - J. Silva Medina (Director da DTA).

3. A delegação zairense era constituída por:
 - Kalumé Mwana Kahamdwe (Director Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros)
 - Faray Sudé (Director Geral da Administração das Vias Aéreas)
 - Assiaka Tubu (Administrador Permanente junto da Air Zaire)
 - Bussi Kalyungulungu (Chefe da Sociedade para Cooperação Económica e Financeira) — Ministério dos Negócios Estrangeiros
 - Kaianga Mulunye (Subdirector no Departamento dos Transportes — SGA)
 - Linard (Director de Exploração AMAZ).

Kinshasa, 11 de Julho de 1972.

ANEXO II

(Telex, assinado «prézaire» e destinado a pressionar as autoridades portuguesas para autorizarem a aterragem do avião com enviados de MOBUTU, em 1 de Novembro passado)

«NNNNZOZO SUA QQ3 A
DD FNLUYA FNULYA
011234 FCABYA

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE SOBREVOO ANGOLA E ATERragem A/C 900KZMSZQ DESTINO LUSO STOP LEVAR DELEGAÇÃO UNITA. STOP SR. SAMGUMBA SECRETÁRIO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS UNITA E SR. KAKUMBA ENVIADO ESPECIAL UNITA STOP PEDE AVISAR ADMINISTRADOR DE LUSO E RECEPÇÕES STOP MISSÃO PRÉZAIRE STOP».

A QUESTÃO DA UNIDADE

Diz o 1.º ponto do Programa Político do M. P. L. A.:

«O M. P. L. A. luta pela realização do programa mínimo seguinte: criação urgente de uma Frente Angolana de Libertação que agrupe numa larga união todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do País, todas as organizações religiosas, todas as etnias, todas as camadas sociais angolanas, todos os angolanos sem distinção de tendências políticas, de condições económicas, de raça, de sexo ou idade, todos os angolanos residentes no estrangeiro ...». Como se pode ver, desde sempre o M. P. L. A. procurou integrar no seu seio todos os verdadeiros patriotas dispostos a lutar pela libertação do povo angolano, particularmente das camadas mais exploradas. O documento que se segue ilustra bem todas as tentativas realizadas nesse sentido pelo nosso Movimento, concretamente em relação à F. N. L. A.

M. P. L. A.

MOVIMENTO POPULAR DE
LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

Art.º n.º 1 do Programa Mínimo do M. P. L. A.

O M. P. L. A. luta pela realização do seguinte programa mínimo :

- A) Criação urgente de uma Frente Angolana de Libertação que agrupe numa ampla união todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas ou étnicas de Angola, todas as camadas sociais africanas, todos os Angolanos residentes no estrangeiro, sem distinção de tendências políticas, de condições de fortuna, de sexo, de idade...

O M. P. L. A. defendeu sempre a tese, aliás inserida no seu primeiro manifesto (1956) e no seu Programa de Acção, que a unidade do Povo Angolano é um factor primordial para a sua libertação. Nas suas declarações, nos seus memorandus aos Chefes de Estado e de Governo africanos, nas suas campanhas activas junto das massas angolanas, o M. P. L. A. trabalhou sempre no sentido da unidade de acção das forças combatentes. O próprio M. P. L. A. nasceu em 1956 da fusão de várias organizações políticas no interior de Angola.

Temos considerado que a única unidade válida é aquela que seja fruto do objectivo comum de libertar a nossa Pátria da dominação colonialista portuguesa, sem consideração por personalidades, partidos ou grupos étnicos. Contudo, o M. P. L. A. sempre encontrou uma oposição sistemática a todos os seus esforços para alcançar essa unidade. As comissões especializadas da O. U. A. são disso as melhores testemunhas.

Convém recordar sempre os esforços que o M. P. L. A. nunca deixou de envidar com vista à cons-

tuição de uma frente das forças combatentes. Os exemplos significativos apontados aqui, mostram de uma maneira muito clara quem não fez senão sabotar a constituição de uma verdadeira frente para libertação de Angola.

1. Em Janeiro de 1960, em Túnis, os delegados do M. P. L. A. e da UPA do Sr. Holden à Conferência Pan-Africana, assinam um compromisso em prol da unidade do movimento angolano de libertação.
2. Em Fevereiro de 1960, em Conacry, o Sr. Holden encontra-se com os dirigentes do M. P. L. A. e promete encontrar-se com eles em Abril, depois de ter consultado «a sua direcção» em Leopoldville. Em Abril furta-se ao encontro.
3. Em Maio de 1960, o M. P. L. A. lança um apelo à unidade de todas as forças patrióticas angolanas.
4. Em 31 de Outubro de 1960 cria-se uma «Frente Comum de Partidos Políticos de Angola» (FCPPA), agrupando o M. P. L. A. a UPA e a Alliazo (PDA). A sua existência efémera, graças à oposição sistemática do Sr. Holden, foi marcada pelo envio de duas cartas à ONU em 31/10/0, e em Dezembro de 1960 denunciando os crimes dos colonialistas portugueses.
3. Em Novembro de 1960 o M. P. L. A. lança o seu segundo apelo à unidade dos patriotas angolanos para a criação urgente de uma Frente.
6. Em 18 de Abril de 1961, a UPA recusa participar na Conferência constitutiva da «Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas» (CONCP), que compreendia os partidos de Goa, Guiné-Bissau e Cabo Verde, Angola, Moçambique e S. Tomé.

7. Em Abril de 1961, dois dirigentes da UPA e da Alliazo (PDA) discutem com dois dirigentes do M. P. L. A. um projecto de Frente de Libertação Angolana. Depois de estabelecido o acordo, este deveria ser ratificado pelos presidentes da UPA e do M. P. L. A. na Conferência dos Chefes do Estado em Monróvia.
8. Em Maio de 1961 os presidentes da UPA e do M. P. L. A. encontram-se em Monróvia. Face às propostas concretas do M. P. L. A. sobre uma Frente de Libertação de Angola (FLA) foi estabelecido um princípio de colaboração estreita. O Sr. Holden não lhe deu cumprimento apesar da atitude positiva da sua direcção.
9. Em 23 de Junho de 1961 uma nova diligência do M. P. L. A. não encontrou eco.
10. Em 5 de Dezembro de 1961 e como o pleno apoio do M. P. L. A., os jovens do M. P. L. A., da Alliazo e da UPA, formam uma organização comum da juventude, a «Reunião Democrática da Juventude Angolana» (RDJA). Os jovens da UPA foram obrigados, pela sua direcção a abandonar esta Reunião e que desintegrou a organização.
11. Em Janeiro de 1962 em Nova York, onde se encontravam as delegações do M. P. L. A. e da UPA às Nações Unidas, conduzidas pelos seus presidentes, o grupo africano proporciona um encontro para procurar um acordo entre as duas organizações. Recusando reconhecer a existência do M. P. L. A. o Sr. Holden abandona a reunião intempestivamente.
12. Em 27 de Março de 1962, a UPA e o PDA associam-se num consórcio chamado F. N. L. A.
13. Em 5 de Abril de 1962, os dirigentes desta «Frente» proclamam a constituição de um «Governo Angolano no exílio».

14. Em 3 de Maio de 1962 o Governo Congolês, por intermédio do Sr. Kamitatu, proporciona uma reunião de todas as organizações políticas angolanas, em Leopoldville, para procurar as bases da unidade. A UPA e o seu presidente sabotam a Conferência.
15. Em 10 de Maio de 1962, o M. P. L. A. lança um novo projecto para a constituição da Frente Unida Nacional Angolana (FUNA). O consórcio FNLA recusa a sua discussão.
16. Em 6 de Junho de 1962, no decorrer de um encontro de «Combatentes da Liberdade», em Accra, o M. P. L. A., a UPA e o PDA, assinam juntamente com o presidente N'KRUMAH uma plataforma para a formação de uma «aliança militar e criação de um comando unificado, que o antigo presidente do Gana propunha como seu «ponto de vista» para a efectivação da união das forças combatentes angolanas.
17. Em 5 de Agosto de 1962, as delegações do M. P. L. A. e da FNLA reúnem-se para discutir a união com base no «ponto de vista» de Accra. A FNLA rompeu as negociações unilateralmente baseada nas acusações de luta fratricida que, apoiado em provas, o M. P. L. A. tinha dirigido ao FNLA.
18. Em 25 de Janeiro de 1963 o Comité Director do M. P. L. A. dirige uma carta à FNLA propondo-lhe um reencontro amigável em presença dos delegados do Congo-Leão, de Marrocos e da Argélia para procurar uma plataforma de entendimento. A FNLA responde em 29/1/63 recusando o encontro por dificuldades de calendário...
19. Em Abril de 1963, os homens do Sr. Holden atacam novamente uma coluna de guerrilheiros do M. P. L. A.

20. Em 29 de Junho de 1963, o Governo Congolês do Sr. Adoula reconhece o pseudo «governo angolano no exílio».
21. No dia 1 de Julho de 1963, convocação em Brazaville de todos os partidos políticos angolanos aos quais o antigo presidente da República faz um apelo à unidade. O Sr. Holden recusa.
22. Em 15 de Julho de 1963, a Comissão dos Bons Ofícios da OUA vinda a Leopoldville para conciliar o M. P. L. A. e a FNLA, sob pressão do Sr. Adoula e contentando-se com uma análise superficial do problema, recomenda aos Chefes de Estado Africanos o reconhecimento do pseudo «governo angolano no exílio».
23. Em 8 de Março de 1964, carta do presidente do M. P. L. A. ao vice-presidente da FNLA contendo propostas para a procura da unidade.
24. Em Julho de 1964, a Conferência dos Chefes de Estado da OUA, melhor informada sobre o problema angolano, decide a criação de uma Comissão Tripartida.
25. De Setembro de 1964 a Outubro de 1966 o M. P. L. A. responde às 5 convocações da Comissão Tripartida, às quais o Sr. Holden recusou sempre apresentar-se sob diversos pretextos. Finalmente,
26. Em 13 de Outubro de 1966, no Cairo, as duas delegações plenipotenciárias do M. P. L. A. e da F. N. L. A. assinam uma plataforma de acordo, sob a égide da comissão tripartida da O. U. A.
27. Em 14 de Outubro, em Kinshasa, o Sr. Holden denuncia esta plataforma, protestando que a sua delegação não estava mandatada para assinar o que quer que fosse.

28. A partir do mês de Outubro de 1966, os raptos, os sequestros e os assassinatos dos militantes do M.P.L.A. pelos homens do Sr. Holden recomeçam com uma intensidade crescente, sem que as autoridades do Congo-Kinshasa intervenham . . .

Sendo o M.P.L.A. a única força capaz de fazer avançar a luta para um nível verdadeiramente nacional, impõem-se novas medidas para sair da situação actual. Estas medidas, só poderão ser tomadas pelos países africanos. Se reconhecem que o «Grae», enquanto instituição é o obstáculo principal ao desenvolvimento da luta em Angola, se reconhecem também que durante cinco anos não soube ser luta de libertação, é necessário que o desacreditem e o apresentem no seu verdadeiro papel de movimento tribal.

Esta atitude tornará a situação mais clara a todos aqueles que hesitam ainda no caminho a seguir para reforçar a nossa luta pela independência.

AB-01-C4
256

Composto e Impresso na
EMOL - Lourenço Marques